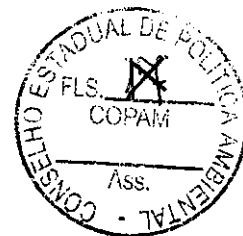




GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



1

PARECER TÉCNICO Nº (NARCZM) 120417/2007
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 00788/2002/002/2006
Tipo de processo:
Licenciamento Ambiental () Auto de Infração (X)

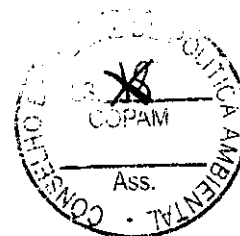
1. Identificação

Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo): Posto Mario Matola Ltda	CNPJ / CPF: 23.209.372/0001-28
Empreendimento (Nome Fantasia) Posto de Combustível	
Município: Leopoldina	
Atividade predominante: COM. VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DE PETRÓLEO	
Código da DN e Parâmetro Atividade: F06-01-7: POSTOS REVENDEDORES, POSTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES DE SISTEMAS RETALHISTAS E POSTOS FLUTUANTES DE COMBUSTÍVEIS. Capacidade de armazenagem: 75 m³	
Porte do Empreendimento Pequeno () Médio (X) Grande ()	Potencial Poluidor Pequeno () Médio (X) Grande ()
Classe do Empreendimento Classe 3	
Fase do Empreendimento AUTO DE INFRAÇÃO – (AI)	
Localizado em UC (Unidades de Conservação)? (X) Não () Sim →→→	
Bacia Hidrográfica: Rio Paraíba do Sul Sub Bacia : Rio Pomba	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Zona da Mata



2

2. Histórico

Inspeção/Vistoria/fiscalização () Não (X) Sim	Relatório de Inspeção/Vistoria/Fiscalização Nº: 010898/2005	Data: 02/08/2005
Notificações Emitidas Nº:	Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:

2.1 Descrição do histórico:

Em 02 de agosto de 2005 foi realizada vistoria às instalações do empreendimento Posto Mário Matola Ltda, pelo técnico da FEAM, Sr. Edvaldo Sabino da Silva sendo gerado o Relatório de Vistoria nº 010898/2005. Na ocasião foi constatado que o empreendimento encontrava-se desativado e em fase de remediação devido a contaminação do solo ocorrida por vazamento de óleo diesel proveniente de três tanques de 15 m³ que apresentaram danos estruturais.

Em 05 de maio de 2006 foi lavrado o Auto de Infração nº 003419/2006, com fundamento no Decreto nº 39.424 de 05/02/1998, modificado parcialmente pelos Decretos nº 43.127 de 27/12/2002 e 43.905 de 26/10/2004, no artigo 19, § 3º, item 6 por "causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural".

Em 31 de maio de 2006, a empresa Posto Mário Matola Ltda recebeu o Auto de Infração nº 003419/2006, encaminhado por meio do OF.DIURB/Nº 0264/2006.

Em 19 de junho de 2006, a empresa protocolou tempestivamente a defesa do Auto de Infração supracitado.

Em 02 de agosto de 2006 o processo nº 00788/2002/002/2006 referente ao Auto de Infração da empresa Posto Mário Matola Ltda foi encaminhado à SUPRAM – Zona da Mata através de Papeleta de Despacho para elaboração dos pareceres técnico e jurídico e julgamento pela URC-ZM.

3. Introdução:

O presente parecer refere-se análise técnica da defesa apresentada pela empresa Posto Mário Matola Ltda em função do Auto de Infração nº 003419/2006, lavrado contra a empresa por causar contaminação no solo e água subterrânea decorrente de vazamento de combustível ocorrido em tanques subterrâneos não estanques.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Avenida Aguiar Negreiros, 1.000 - 1º andar - Centro - Belo Horizonte - MG



3

O empreendimento desenvolve a atividade de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo, enquadrada na DN 74/2004 sob o código F-06-01-7 no município de Leopoldina/MG estando enquadrado como empreendimento classe 3.

4. Discussão:

Em 19 de junho de 2006, a empresa apresentou defesa tempestiva ao Auto de Infração nº 003419/2006, alegando em síntese, que:

- Desde 03/03/2005, a FEAM recebeu através de ofício a justificativa da empresa para a contaminação ocorrida bem como a documentação referente a todas as medidas tomadas para sanar a contaminação ocorrida, devidamente acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica do funcionário da Empresa Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S/A contratada pela ESSO Brasileira de Petróleo Ltda;
- O Auto de Infração foi lavrado em 05/05/2006, com suporte e baseado na vistoria realizada em 02/08/2005.
- No dia da vistoria realizada na empresa, os trabalhos de descontaminação da área afetada já estavam em fase de conclusão e o lençol freático devidamente recuperado tendo a empresa cumprido com todas as exigências da FEAM, COPAM e CONAMA.

Diante do exposto a empresa Posto Mário Matola Ltda solicita o cancelamento e arquivamento do processo 0788/2002 e do Auto de infração nº 3419/2006.

Feita a análise da defesa constatou-se que as alegações técnicas apresentadas pela empresa não descaracterizam a infração cometida, visto que a empresa causou realmente um impacto ambiental significativo, acarretando, inclusive, na contaminação de águas subterrâneas e que a comunicação do fato a FEAM bem como a adoção de medidas no sentido de sanar os impactos ambientais causados ao meio ambiente são obrigação da empresa.

5. Conclusão:

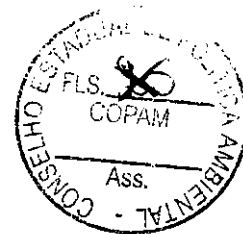
Com base na análise técnica da defesa apresentada pelo empreendimento, este parecer conclui que as argumentações apresentadas pelo Posto Mário Matola Ltda, em sua defesa ao Auto de Infração Nº 003419/2006, são desprovidas de quaisquer informações técnicas que descaracterizem a infração por ela cometida.

Pelo exposto, sugerimos a aplicação das penalidades previstas em lei, para a empresa Posto Mário Matola Ltda, localizada no município de Leopoldina/MG, ouvida a Assessoria Jurídica da SUPRAM-ZM.

6. Parecer Conclusivo

Favorável: () Não (x) Sim

Data / Responsabilidade Técnica



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Resolução do Conselho Estadual de Política Ambiental nº 41 de 15 de março de 2007

4

Data: 15/03/2007

Técnico(s)

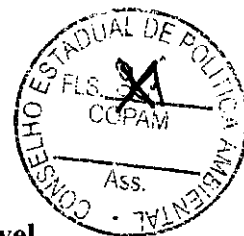
Julia Abrantes Felicissimo

Assinatura / Carimbo

Assinatura manuscrita 11/3/2007



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Núcleo de Apoio Regional COPAM Zona da Mata Pág.: 1



PARECER JURÍDICO SUPRAM/ZM Nº 120832/2007	
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 00788/2002/002/2006	Indexado ao Parecer Técnico SUPRAM/ ZM Nº 120417/2007
Tipo de processo:	
Licenciamento Ambiental () Auto de Infração (X)	

1. Identificação

Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo): POSTO MARIO MATOLA LTDA / POSTO MARIO MATOLA LTDA	CNPJ / CPF: 23.209.372/0001-28
Empreendimento (Nome Fantasia) POSTO MARIO MATOLA LTDA	
Município: LEOPOLDINA	
Atividade predominante: Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.	
Código da DN e Parâmetro F-06-01-7: POSTOS REVENDEDORES, POSTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES DE SISTEMAS RETALHISTAS E POSTOS FLUTUANTES DE COMBUSTÍVEIS. Capacidade de armazenagem: 75 m³	
Porte do Empreendimento	Potencial Poluidor
Pequeno () Médio (X) Grande ()	Pequeno () Médio (X) Grande ()
Classe do Empreendimento	
1 () 2 () 3 (X) 4 () 5 () 6 ()	
Fase Atual do Empreendimento:	
LP () LI () LO ()	
Revalidação ()	
Ampliação ()	
Licença de Instalação em Caráter Corretivo () Licença de Operação em Caráter Corretivo ()	

2. Histórico

Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:
---------------------------	------------

Danilo Vieira Júnior
ASSESSOR JURÍDICO
MASP. 1 136.907-1
OAB/MG 87.645



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Núcleo de Apoio Regional COPAM Zona da Mata Pág.: 2

A empresa em epígrafe foi autuada em 08.05.2006 como incurso no item 6, § 3º, artigo 19, do Decreto nº 39.424/1998, parcialmente alterado pelo Decreto nº 43.127/2002, por ter cometido as seguintes irregularidades, *in verbis*:

"causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural."

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível.

Consoante verificado nos autos do processo, o Auto de Infração nº 3419/2006 foi enviado à autuada através do ofício OF.DIURB/Nº 0264/2006, tendo sido recebido em 31.05.2006, conforme demonstra o Aviso de Recebimento – AR, incluso.

Tempestivamente, a autuada apresentou sua defesa alegando, em síntese, que:

- Desde 03/03/2005, a FEAM recebeu através de ofício a justificativa da empresa para a contaminação ocorrida bem como a documentação referente a todas as medidas tomadas para sanar a contaminação ocorrida, devidamente acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica do funcionário da Empresa Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S/A contratada pela ESSO Brasileira de Petróleo Ltda;

- O Auto de Infração foi lavrado em 05/05/2006, com suporte e baseado na vistoria realizada em 02/08/2005.

- No dia da vistoria realizada na empresa, os trabalhos de descontaminação da área afetada já estavam em fase de conclusão e o lençol freático devidamente recuperado tendo a empresa cumprido com todas as exigências da FEAM, COPAM e CONAMA.

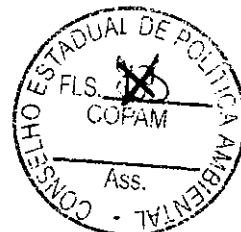
4. Discussão:

O Parecer Técnico SUPRAM/ZM nº 120417/2007, informa, em síntese, que na defesa não foram apresentados fatos que, tecnicamente, acrescentassem informações que pudessem descaracterizar a infração indicada.

Do ponto de vista jurídico, a defesa não apresentou quaisquer argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida.

Pelo exposto, a infração restou plenamente caracterizada, razão pela qual a empresa deverá ser penalizada, na forma da lei.

Danilo Vieira Júnior
ASSESSOR JURÍDICO
MASP. 1.136.907-1
CAB/MG 87.645



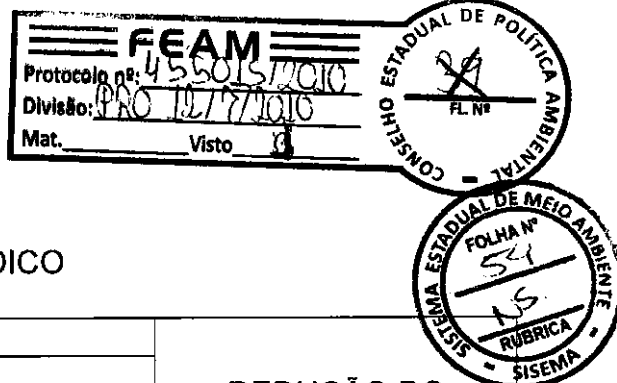
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Núcleo de Apoio Regional COPAM Zona da Mata Pág.: 3

Entretanto, fará jus a empresa, quando da gradação do valor da multa, a consideração da atenuante prevista no art. 21 §1º inciso 1 alínea a do Decreto nº 39.424/1998, parcialmente alterado pelo Decreto nº 43.127/2002, por ter limitado a degradação ambiental causada, quando da adoção de medidas emergenciais no momento do acidente.

ISTO POSTO, ante a ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os presentes autos à Unidade Regional Colegiada COPAM Zona da Mata, sugerindo a **APLICAÇÃO** de 01 (uma) multa, no valor de R\$ 26.603,56 (vinte e seis mil seiscentos e três reais e cinquenta e seis centavos), nos termos do art.1º, inciso III, alínea "a" (infração gravíssima, porte médio do empreendimento) c/c artigo 2º, § 1º, inciso I (sem antecedentes), ambos da Deliberação Normativa COPAM Nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.

5. Data / Responsável

Data: 16/03/2007	
Responsável (is) Danilo Vieira Júnior MASP – 1.136.907-1	Assinatura(s) / Carimbo(s) <i>Danilo Vieira Júnior</i> Danilo Vieira Júnior ASSESSOR JURÍDICO MASP. 1 136.907-1 OAB/MG 87.645
Ciência do servidor público responsável pelo setor Célio Lessa Couto Júnior	Assinatura / Carimbo

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: Posto Mario Matola Ltda.	REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA
PROCESSO Nº 00788/2002/002/2006	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 3418/2006	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA PORTE: MÉDIO	

I – RELATÓRIO

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 20.001,00.

Cumprе ressaltar que a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, em reunião realizada no dia 5.8.2009, deliberou, por unanimidade, que deve ser aplicado o art. 96 do Decreto nº 44.844/2008 em todos os processos de autos de infração e pedido de reconsideração que vierem a ser submetidos a sua apreciação.


No mesmo sentido, a Nota Jurídica AGE nº 2.036, de 28.8.2009, orienta que, na ausência de decisão administrativa definitiva, deve ser aplicada a regra da retroatividade expressamente prevista no art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

II – CONCLUSÃO

Recomenda-se que o autuado seja notificado da retificação do valor de multa aplicada, reduzindo-se o seu valor de R\$ 26.603,56 para R\$ 20.001,00, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 8 de julho de 2010.


Débora Luiza de Abreu Martins
Estagiária Acadêmica
OAB/MG 23.858 E


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador-Chefe da FEAM
OAB/MG 16.076 – MASP 1043.804-2